

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

ROBERTA MAIA BONADIO

ADOLESCÊNCIA FEMININA  
Uma reflexão sobre a vulnerabilidade social

SÃO PAULO  
2023

ROBERTA MAIA BONADIO

ADOLESCÊNCIA FEMININA  
Uma reflexão sobre a vulnerabilidade social

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Jr

SÃO PAULO  
2023

ADOLESCÊNCIA FEMININA - Uma reflexão sobre a vulnerabilidade social

7.00.00.00-0 – Ciências Humanas

7.07.07.02-2 Desenvolvimento Social e da Personalidade

Autora: Roberta Maia Bonadio / e-mail: robbonadio@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Jr. / Departamento de Psicologia do Desenvolvimento Humano / Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde / e-mail: p\_macieljr@pucsp.br

## RESUMO

O presente trabalho se caracteriza como um exercício de reflexão crítica sobre a concepção de adolescência feminina à luz de diferentes abordagens teóricas da Psicologia, utilizando-se da visão crítica da Psicologia Sócio-histórica sobre a adolescência como suporte para esta reflexão. Neste sentido, trata-se de uma investigação científica no âmbito da pesquisa teórica qualitativa e exploratória. Foram selecionadas referências bibliográficas a partir de um processo de busca formulada segundo o objetivo da pesquisa utilizando-se do seguinte procedimento: cruzamento dos termos “adolescência”, “psicologia”, “desenvolvimento”, “feminino”, “mulher”, “mulheres” e “vulnerabilidade social” no período de 2012 a 2022 em periódicos e livros nacionais, publicados na língua portuguesa. O recurso à bibliografia anterior a este período foi utilizado quando se tratou de recorrer às teorias consideradas clássicas sobre o tema no campo da psicologia. A discussão é apresentada do seguinte modo: 1) investigação acerca das diversas definições do conceito da adolescência utilizadas no campo da psicologia; 2) breve discussão sobre o tema da construção histórica do termo adolescência no Brasil e no mundo, pautado pela construção de políticas públicas, como no caso nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente; 3) transformação dos ritos de passagem da adolescência na atualidade; 4) discussão sobre a opressão de gênero vivida na adolescência e de que forma os papéis sociais de gênero incidem no desenvolvimento psicossocial das adolescentes na sociedade atual; 5) análise do papel do Estado como fundamental para a construção de políticas públicas para adolescentes do sexo feminino, em busca de sanar os impactos e consequências da opressão patriarcal de gênero sobre o desenvolvimento das adolescentes. Conclui-se que é indispensável, para o desenvolvimento do tema, o papel do Estado na transformação e valores em sociedade. O papel da psicologia nesses espaços de atuação também se torna imprescindível para uma visão ampla sobre o desenvolvimento do sujeito e o acolhimento total dessas adolescentes.

**palavras-chave:** adolescência; psicologia; teorias psicológicas do desenvolvimento adolescente; feminilidade; gênero; vulnerabilidade social.

## Sumário

1.	6	
1.2	Adolescer	6
2.	11	
Revisão de Literatura		12
3.1	A construção histórica da Adolescência	12
3.1.1	Construção do conceito de fases de vida	12
3.1.2	Os principais pensadores do contrato social	13
3.1.3	Idade Moderna: Revolução Industrial e o Determinismo Científico	15
3.1.4	A adolescência na passagem do século XX ao XXI: Os jovens na atualidade	18
3.2	A Naturalização do Fenômeno	20
4.	Fatores sociais da Adolescência	25
5.	Teorias de gênero e seus atravessamentos na adolescência	28
6.	Adolescência Feminina como Política Pública no Brasil	31
7.	Políticas Públicas para os jovens: do ECA às ruas	35
Conclusão		38
Considerações Finais		40

*“Temos um mundo cheio de mulheres que não conseguem respirar livremente porque estão condicionadas demais a assumir formas que agradem aos outros.”*

Chimamanda Ngozi Adichie

## 1. INTRODUÇÃO

No contexto das sociedades ocidentais contemporâneas, o processo da adolescência implica diferentes fatores para além do desenvolvimento físico e biológico.

Para Émile Durkheim, a compreensão de um fato social consiste primeiramente em identificar suas causas e os fins (FILLOUX, 2010). É necessário, portanto, compreender os fatores sociais envolvidos no fenômeno da adolescência e todas as relações e interações entre eles. Esta pesquisa viabiliza uma reflexão acerca deste fenômeno e do contexto no qual ele ocorre. Sendo assim, a pesquisa utiliza-se de contribuições advindas da Psicologia Sócio-histórica e também de outras abordagens teóricas da Psicologia cujos aportes a respeito da adolescência são considerados clássicos.

A escolha do tema realizou-se, em termos gerais, por um interesse pessoal. Desde o início da minha trajetória estudantil no âmbito da Psicologia, busco aprofundar e conhecer mais sobre temas como vulnerabilidade e desenvolvimento infantil e adolescente, considerando contextos socioculturais da realidade brasileira atual. No mais, o curso de Psicologia da PUC-SP proporciona experiências de estágio que aprofundam e despertam ainda mais o interesse na pesquisa destes temas. A realização de um estágio de observação pelo período de 6 meses no Instituto Fazendo História intensificou minha curiosidade no que tange à importância dos laços afetivos materno e paterno no desenvolvimento infantil e adolescente. Acompanhar adolescentes de 12 a 13 anos no CCA Ana Rosa, com o objetivo de produzir dinâmicas e atividades que instigavam o desenvolvimento de habilidades de comunicação e expressão, trouxe conhecimentos práticos que auxiliaram e embasaram a realização do presente trabalho.

A decisão por se fazer um recorte do tema, focalizando nas especificidades do desenvolvimento de meninas adolescentes, se pautou também por um interesse e um aprofundamento da pauta feminista ao longo da minha trajetória acadêmica. Trabalhar com grupos de mulheres e estudar sobre a luta feminista ao longo do curso sempre foi minha prioridade, visto a importância da temática na luta das mulheres pelos direitos e pela inserção em uma sociedade conduzida pelo capital e pelo patriarcado.

Tendo em vista meu processo pessoal e profissional, não poderia deixar de acrescentar à pesquisa uma visão crítica acerca do tema, tornando-se imprescindível entender o processo da adolescência a partir de uma perspectiva de gênero e das consequências da imposição dos papéis de gênero no desenvolvimento psíquico das mulheres.

## 1.2 Adolescer

Em termos biológicos, considera-se o marco inicial da adolescência a puberdade. Esta corresponderia ao período em que ocorrem mudanças fisiológicas importantes nos indivíduos. Nas meninas, a primeira menstruação e, para os meninos, a primeira ejaculação. A neurociência atesta que, por volta dos 10 a 12 anos, o cérebro da criança já está com o seu tamanho total atingido pelo resto da vida. Em termos da ciência do desenvolvimento humano, essa é uma fase na qual o cérebro passa por diversas transformações, que inclusive impactam diretamente no comportamento e personalidade do sujeito.

Soma-se a isso a nova forma de produção de hormônio no corpo, que afeta diretamente o desenvolvimento de novas características da personalidade, mudanças de humor e formas de ver e se relacionar com o mundo. Essas mudanças acarretam transformações psíquicas do sujeito, que estão diretamente relacionadas com as formas de organização e comportamento em sociedade.

Junto com os primeiros pelos no corpo, com o crescimento repentino e o desenvolvimento das características sexuais, surgem as rebeldias, as insatisfações, a onipotência, as crises geracionais, enfim tudo aquilo que a psicologia, tão cuidadosamente, registrou e denominou de adolescência. (BOCK, 2004, p. 33)

Ainda hoje, a discussão sobre o começo e o fim da adolescência divide opiniões. Alguns mencionam o alcance da maturidade sexual completa, ou seja, da capacidade do sujeito de se reproduzir, como um dos fatores considerados para determinar a conclusão do processo de desenvolvimento adolescente. Para outros, a conclusão do desenvolvimento neurológico é o marco que determina o final do período da adolescência. Esse processo se estende até os 25 ou 30 anos de idade, o que promove um debate interessante sobre quando acontece de fato o fim da adolescência e o início da fase adulta. Assim, a adolescência é um período de reorganização cerebral, no qual o indivíduo passa por uma série de modificações internas, e seus interesses e prazeres passam a ser outros. Essa mudança começa pelas regiões sensoriais do cérebro, que se prepara para o amadurecimento corporal e para a atividade sexual.

Com o desenvolvimento de novas teorias e concepções sobre o ciclo de vida humano, a adolescência passa a ocupar um espaço de estudo que vai para além de parâmetros biologizantes, sendo entendida também como um construto social (MASCAGNA, 2009) que deve ser ferramenta de reflexão e problematização. Portanto, a concepção dominante na presente pesquisa salienta a existência de diferentes adolescências, caracterizadas também de acordo com contextos socioculturais específicos.

A partir do século XX, o conceito de adolescência começa a ser objeto de interesse da ciência. Assim, essa noção passa a ser interpretada por diferentes eixos. Um deles é uma visão biológica da adolescência, descrita por Stanley Hall com o ensaio “A Adolescência”, de 1904. No que tange ao referencial psicanalítico da adolescência, as bases do desenvolvimento da identidade do indivíduo vão ocorrer nos primeiros anos de vida, através das etapas do desenvolvimento da sexualidade infantil. Nascido na Alemanha de 1850, o pai da Psicanálise, Sigmund Freud, discorre sobre o assunto nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), afirmando que o desenvolvimento propriamente sexual ocorre em duas etapas. O primeiro se encerra com o desfecho do complexo de Édipo, já o segundo demarcaria o fim do período de latência (com a puberdade) e a transição para a fase genital (vida adulta). Apesar de ainda não existir o conceito propriamente dito de adolescência, Freud nomeia tal fase como o “segundo momento da sexualidade humana”, introduzindo um novo conceito que se torna importante para as pesquisas e estudos futuros na área. Atualmente,

Entende-se que a puberdade pode por vezes funcionar como elemento disparador do segundo momento da sexualidade, mas não como condição necessária. É, sobretudo, a partir do olhar do outro, ou da imagem especular que este anuncia, que surge, para o sujeito, um corpo estranho, um componente novo em seu psiquismo que não encontra registro entre os recursos simbólicos disponíveis. (MATHEUS, 2008, p. 621)

Erik Erikson<sup>1</sup>, psicólogo radicado nos EUA desde a metade da década de 1930, onde viveu até o final de sua vida, parte das fases descritas por Freud para embasar sua teoria psicossocial do desenvolvimento. Com a teoria do desenvolvimento psicossocial, Erikson integra a psicanálise ao campo da antropologia cultural, enfatizando a interação entre as dimensões intelectual, sociocultural, histórica e biológica (DESSEN; SENNA, 2012). Ele defende a tese de que o processo de desenvolvimento do indivíduo envolve uma série de fases marcantes durante toda sua vida. O autor traz uma proposta de desenvolvimento baseada em uma estrutura epigenética, enfatizando a importância da relação do sujeito com a sociedade e a cultura na qual ele está inserido. Ou seja, a interação entre as dimensões biológica, social e individual do sujeito vão resultar no desenvolvimento de sua personalidade.

Assim, ele descreve o impacto da experiência social ao longo da vida, e a importância das interações e experiências humanas para o desenvolvimento do sujeito. Ele descreve 8 fases de desenvolvimento que serão especificamente importantes na absorção de certas experiências.

---

<sup>1</sup> O presente autor foi especificamente colocado como o introdutor ao tema por ser um dos mais citados no campo da teoria do desenvolvimento ao tratar de discussões sobre adolescência. No entanto, algumas visões tidas como base para a presente pesquisa confrontam essa forma de pensamento que perdura até os dias atuais.

Ao afirmar que o desenvolvimento é descrito por uma série de estágios previsíveis, Erikson destaca a influência dos ambientes e o impacto da experiência social durante todo o curso de vida. Sob esta perspectiva, a cada estágio do desenvolvimento, a pessoa se depara com um conflito central, isto é, uma crise normal e saudável a ser ultrapassada. Em se tratando da adolescência, essa crise se caracteriza pelo desenvolvimento da identidade, que está em constante mudança, e que depende das experiências e informações adquiridas nas interações diárias do adolescente com outros. Como consequência, adolescentes que recebem encorajamento e reforço apropriados para sua exploração pessoal tendem a emergir desse estágio com um sentido mais forte de si mesmo e um sentimento de independência e controle. (DESSEN; SENNA, 2012, p. 102)

Por fim, Jean Piaget<sup>2</sup>, destaca os processos cognitivos, afirmando que as mudanças que ocorrem no adolescente decorrem do desenvolvimento do pensamento formal, por meio da assimilação e acomodação de novas estruturas:

[...] Os comportamentos adolescentes que geram preocupações aos adultos têm sua origem nas mudanças na sua forma de pensar, característica do início desta fase. Com o desenvolvimento do pensamento formal, por meio da assimilação e da acomodação de novas estruturas, o adolescente revela uma maneira própria de compreender a sua realidade e constrói sistemas filosóficos, éticos e políticos como tentativa de se adaptar e mudar o mundo (Inhelder & Piaget, 1958/1976). Ao perceber que as soluções baseadas apenas no raciocínio lógico não são possíveis, o adolescente adentra a idade adulta por meio da inserção na sociedade. (DESSEN; SENNA, 2012, p. 103)

De fato, existem algumas concordâncias sobre o tema que devem ser enfatizadas para uma melhor clareza sobre as definições de adolescência:

Herrán (1997) considera que haja alguma concordância entre autores e linhas teóricas sobre o fato de a adolescência ser um período de transição marcado por mudanças físicas e cognitivas. O mesmo ocorre no que diz respeito à construção de uma identidade nova (o que acontece durante toda a vida, pois a identidade está em constante transformação). O mesmo se dá quando se refere à adolescência como um prolongamento do período de aprendizagem que permitirá sua inserção no mundo adulto. (OZELLA, 2002, p. 18)

Apesar de não descartar a importância do papel das teorias do desenvolvimento na história da psicologia do adolescente, que foram aquelas responsáveis por explicar o fenômeno da adolescência, o conceito de adolescência ainda é palco de muitas discussões e opiniões divergentes na área da Psicologia do Desenvolvimento. De forma geral, o próprio modo como a Psicologia do Desenvolvimento é tratada no Brasil prioriza as teorias clássicas de desenvolvimento humano produzidas nos EUA e na Europa. Muitos críticos atuais consideram a teoria do desenvolvimento de Erikson ultrapassada por considerar o processo de desenvolvimento a partir de critérios

---

<sup>2</sup> Ao contrário de Hall e Erikson que estavam preocupados em desenvolver justamente uma teoria do desenvolvimento, Piaget tinha uma preocupação de ordem epistemológica. Sua teoria limita-se à cognição justamente porque busca entender o conhecimento humano e como se constitui tal conhecimento.

normativos, resumindo-se à prescrição de condutas que definiriam uma “adolescência normal” ao invés de se voltar para a descrição e compreensão das práticas sociais que constituem o ser adolescente em contextos e (sub)culturas específicas:

Apesar de mencionarem uma inter-relação entre o biológico e o cultural, enfatizam as estruturas internas como propulsores do desenvolvimento. As crianças (e adolescentes) parecem nascer e viver em um *vacuum* sociocultural. (OZELLA, 2002, p. 17)

De forma geral, as noções carecem de explicações no que tange ao desenvolvimento humano e, mais especificamente à adolescência: “[...] estes modelos refletiam uma visão contextualista, que enfatiza o indivíduo e o ambiente na sua dinâmica de relações bidirecionais, bem como o papel do tempo e do espaço no desenvolvimento humano” (DESSEN; SENNA, 2012, p. 103). Em vista disso, as respectivas teorias contribuem para a formação de um pensamento que leva a uma percepção de responsabilização do próprio ser. Como propõem Dessen e Senna (2012, p. 101), “tratar a adolescência simplesmente como um período de grandes mudanças não condiz com as atuais perspectivas teóricas da ciência do desenvolvimento.”

Assim, em busca de compreender de forma ampla e profunda a temática, a presente pesquisa leva em consideração o entendimento da adolescência como um sistema complexo, que ocorre pelo impacto de diversas variáveis externas e internas ao processo, como contexto, as propriedades estruturais e funcionais da pessoa e do ambiente, a interação entre e eles e produção de mudanças no indivíduo (DESSEN; COSTA JUNIOR, 2005).

Portanto, a presente pesquisa vai abordar uma linha de análise que compreende o indivíduo como um ser em constante transformação, a partir da sua realidade social e cultural, problematizando visões individualizantes determinadas por uma “natureza” humana e isolados do seu contexto (BOCK, 2002).

Nesse sentido, é importante ressaltar o aspecto social, no que tange à forma como a sociedade vê e cuida do adolescente. Assim, é importante refletir sobre como essa fase de vida é considerada pela sociedade, ainda mais quando esse adolescente é do sexo feminino, tratando-se de um contexto ocidental capitalista, no qual a sociedade é organizada sob estruturas de gênero machistas e sexistas.

## 2. MÉTODO

O presente trabalho propõe o exercício de uma reflexão crítica sobre a concepção de adolescência feminina à luz de diferentes abordagens teóricas da Psicologia, utilizando-se da visão crítica da Psicologia Sócio-histórica sobre a adolescência como suporte para a pesquisa em geral. Neste sentido, trata-se de uma investigação científica no âmbito da pesquisa teórica qualitativa e exploratória.

A realização da revisão bibliográfica dos principais conceitos e autores que trabalham com a temática se fez indispensável para o curso do desenvolvimento da pesquisa. O trabalho de revisão bibliográfica foi realizado por meio da busca de livros, artigos, dissertações e teses encontradas nas plataformas digitais Scielo e Google Acadêmico.

Foram selecionadas referências bibliográficas a partir de um processo de busca formulada segundo o objetivo da pesquisa e o seguinte procedimento: cruzamento dos termos “adolescência”, “psicologia”, “desenvolvimento”, “feminino”, “mulher”, “mulheres” e “vulnerabilidade social”, no período de 2012 a 2022, em periódicos e livros nacionais publicados na língua portuguesa. O recurso à bibliografia anterior a este período foi utilizado quando se tratou de recorrer às teorias consideradas clássicas sobre o tema no campo da psicologia.

O trabalho de conclusão de curso envolve limitação de tempo, o que impossibilita uma análise aprofundada das obras e autores citados. Além disso, é importante enfatizar que não houve intenção de esgotamento do assunto, mas apenas de realizar uma reflexão teórico-temática sobre o tema na atualidade. Em vista disso, o recorte da discussão aqui proposta teve por base os artigos apresentados e discutidos adiante.

O modo como a discussão foi organizada e será apresentada no tópico seguinte do trabalho foi: inicialmente, é apresentada a discussão sobre a investigação acerca das diversas definições do conceito da adolescência utilizadas no campo da psicologia. Em seguida, busca-se discutir de forma breve o tema da construção histórica do termo adolescência no Brasil e no mundo, pautado pela construção de políticas públicas, como no caso nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente. A transformação dos ritos de passagem da adolescência é o tema sobre o qual se discute na sequência. Dolto (2008) conclui em sua obra que a fragilidade do adolescente decorre da fragilidade da função exercida pelos ritos de passagem na atualidade, algo que parece justificar o período conturbado pelo qual, via de regra, os adolescentes passam nessa fase de vida. O tópico seguinte introduz a discussão sobre a opressão de gênero vivida na adolescência, analisando de que forma os papéis sociais de gênero incidem no desenvolvimento psicossocial das mulheres na sociedade ocidental. Finalmente, é analisado o papel do Estado como fundamental para a

construção e introdução de conceitos e costumes em uma sociedade nas produções de políticas sociais para adolescentes do sexo feminino, em busca de sanar minimamente as consequências da opressão patriarcal de gênero sobre o desenvolvimento das adolescentes.

O pressuposto do qual se partiu é de que as diferentes teorias contribuem significativamente para o entendimento do tema em suas diversas esferas. Espera-se, com a pesquisa, desenvolver uma visão mais clara sobre a importância do processo de desenvolvimento adolescente e as necessidades psíquicas e de apoio para as adolescentes. Busca-se ampliar a discussão do tema na área da Psicologia, democratizando o acesso a diferentes conhecimentos sobre a adolescência.

Destarte, a presente pesquisa e estudos aprofundados nessa fase etária se mostram imprescindíveis para questionar e suscitar novas práticas e reflexões acerca do tema abordado, principalmente ao focar no papel do Estado em assegurar os direitos, destacando direitos e cuidados específicos para jovens em situação de vulnerabilidade social e de gênero.

### 3. REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 A construção histórica da Adolescência

As primeiras formulações do conceito de adolescência como um fenômeno propriamente dito datam do século XV (DESSEN; SENNA, 2012). Mas, ainda antes disso, já se falava sobre características específicas de uma certa fase etária, tendo em vista que a ideia de passagem do indivíduo da infância para o mundo adulto sempre esteve presente, sendo essa uma trajetória pela qual todo ser humano deve passar.

Tanto na Antiguidade quanto na Idade Média não existia o conceito contemporâneo do que chamamos de adolescência. Esta era confundida com a infância ou com o adultidade jovem, denominada em Roma de *Juventus*. A troca das vestes de criança para as de um adulto era marcada por ritual de passagem que variava tanto em costumes quanto em faixa etária, mas que era sempre pontuado pelos sinais visíveis da entrada do sujeito na puberdade, ou seja, os caracteres sexuais secundários como o aparecimento de pelos nas axilas, na genitália, na face dos meninos e o amadurecimento dos órgãos sexuais. A relação familiar era permeada pelo sentimento de posse onde o filho ganhava ou perdia o direito de ser filiado e herdar os bens da família. (LE BRETON, 2017, p. 1680)

Na Idade Clássica, Aristóteles e Platão (século IV a.C.) já falavam sobre características próprias dos jovens.

De acordo com Platão, o raciocínio não pertence a infância e aparece inicialmente na adolescência. [...] Aristóteles argumentou que o aspecto mais importante da adolescência é a capacidade de escolha, e que a autodeterminação é uma marca da maturidade” [...]. As crianças eram tratadas como pequenos adultos, que estavam em preparação para casar e trabalhar. [...] assim que a criança superava o período de alto risco de mortalidade, ela logo era misturada com os adultos e ia aprendendo as tarefas, crenças e valores que seriam solicitados quando se tornassem adultos. (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010, p. 229)

Apesar de carregar uma visão pautada na subalternidade da mulher<sup>3</sup>, esses pensadores contribuíram para o desenvolvimento de um pensamento que diferencia etapas da evolução de vida, ainda que não existisse de fato uma distinção entre infância e adolescência. Na Europa, eram as funções sociais que distinguiam os lugares designados para cada faixa etária. A noção de infância estava ligada à noção de dependência (CAMPAGNA, 2005). De certa forma, essa organização social é o que rege a cultura ocidental até os dias atuais.

---

<sup>3</sup> como Stepan descreve: “Já na Grécia Antiga, Aristóteles relacionou a mulher ao escravo, tendo como base suas inferioridades “naturais” [...] (HOLLANDA; STEPAN, 1994, p.77). Ainda que existisse uma preocupação em estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento do indivíduo, as pesquisas voltadas para mulheres e outros grupos subalternizados eram sempre na busca por inferiorizar ainda mais esses grupos.

Para fins de refinamento da pesquisa, o presente capítulo será dividido de acordo com as principais fases históricas do Ocidente.

### **3.1.2 Os Contratualistas e a nova organização social**

No século XVII, novas formas de pensar e organizar o tecido social e o aparato do Estado, sucedidas pela Revolução Inglesa (1642) e, em seguida, a Revolução Francesa (1789), foram imprescindíveis para as novas formas de organizações sociais. Contratualistas como Thomas Hobbes (1651, Inglaterra), John Locke (1689, Inglaterra) e Jean Jacques Rousseau (1762, França), contribuem para a revolução, eliminando as antigas estruturas monárquicas e empoderando formas democráticas de Estado. A nova lógica que cunhou a ordem política ocidental determina também a forma de produção de conhecimento.

A introdução de novas formas de religião na Europa ocidental, ao longo dos séculos XVI e XVII, inspirou valores morais de criação da família e proteção das crianças e jovens. Ainda que não existisse uma separação da população por faixa etária, os homens já começavam a se organizar em grupos de jovens, que mais tarde daria origem a uma nova organização socioespacial, as chamadas vilas e bairros.

É necessário enfatizar aqui o contexto estrutural da época, em que os homens, desde a infância, eram preparados para suas responsabilidades cívicas, de acordo com sua casta social e suas habilidades. Já as jovens mulheres eram valorizadas como ferramenta de ascensão social por meio do casamento, adultizando a infância de meninas. Essa noção criou uma cultura de preocupação excessiva com a aparência, competição e rivalidade, valorizando características e traços sexuais das jovens. Campagna (2005, p. 32) coloca que: “sem uma definição de papel e valor ligados à adolescência, as jovens buscaram na aparência a possibilidade de status e ascensão.”

A cultura europeia dos séculos XVII e XVIII configura, pela primeira vez, a noção de adolescência como um momento de turbulência e crise.

Herdeira de um pensamento antropocêntrico, que localiza o homem no centro do universo, a cultura europeia dos séculos XVII e XVIII anuncia o desafio da formação de um novo homem, aquele que seria capaz de realizar o ideário iluminista, pautado pela noção de racionalidade e de autodeterminação. A noção de indivíduo, portadora primordial desse ideário, é então posta no vértice da organização social moderna, não mais regida por uma ordem transcendental, como ocorria na época medieval, mas por leis reconhecidamente humanas, que se justificavam por sua fundamentação racional e amplitude universal. (MATHEUS, 2008, p. 618)

Assim,

A obra de Goethe, *Os sofrimentos do Jovem Werther* (1777), inaugura para os jovens de condição abastada o sentimento de diferença em relação aos mais velhos. A Revolução Francesa conta com uma juventude comprometida em destruir quadros do antigo regime. Para P. Ariès (1973), a adolescência é um conceito de tonalidade ocidental; emerge lentamente nas sociedades industriais e se cristaliza sobretudo ao longo do século XIX, no momento em que a obrigação escolar adia a entrada na vida ativa. O Siegfried de Wagner representa aos olhos de Ariès o primeiro adolescente moderno. (LE BRETON, 2017, p. 44)

A noção que vai se construindo na modernidade é a de indivíduo livre, com base nas possibilidades de “mobilidade social” e, com isso, o falso pretexto de que o indivíduo é o único responsável pelo seu futuro.

No século XVIII, a noção de infância/adolescência como algo diferente do adulto foi estabelecida por meio de uma releitura de Jean-Jacques Rousseau, que aponta a adolescência caracterizada por um universo de crise, destacando o processo de desenvolvimento adolescente pelo surgimento da puberdade e transformações fisiológicas (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

Um dos sinais de emergência do sentimento da adolescência na segunda metade do século XVIII é a publicação de Emílio (escrito entre 1757 e 1762). Rousseau coloca em evidência a particularidade desse período da existência que sucede à infância e prepara a entrada na idade do homem. (LE BRETON, 2017, p. 41)

Estudos e pensamentos da época eram restritos a uma parte da população: os homens brancos europeus. Os “não homens” e “não europeus” não estavam inseridos nas pesquisas e nas teorias. Quando se falava sobre as mulheres, como no capítulo V da obra de *Émile* (1762), Rousseau discorre sobre “Sofia”, a partir de sua visão de como seria a educação e o desenvolvimento para as mulheres.

“[...] A mulher e o homem são feitos um para outro, mas sua dependência natural não é igual: os homens dependem das mulheres por seus desejos; as mulheres dependem dos homens por seus desejos e suas necessidades; nós subsistiríamos mais sem elas do que elas sem nós. Para que elas tenham o necessário, para que estejam em seu estado, é preciso que nós lho demos, que nós as estimemos dignas disso; elas dependem de nossos sentimentos, do valor que damos a seu mérito, do caso que fazemos de seus encantos e de suas virtudes. Pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por elas como por seus filhos, estão à mercê do julgamento dos homens: não basta que sejam estimáveis, cumpre que sejam estimadas; não basta que sejam belas, é preciso que agradem; não basta que sejam bem comportadas, é preciso que sejam reconhecidas como tal; sua honra não está apenas na sua conduta, está na sua reputação, e não é possível que a que consente em passar por infame seja um dia honesta. O homem, agindo bem, não depende senão de si e pode desafiar o juízo público; mas a mulher, agindo bem, só cumpre metade de sua tarefa, e o que pensam dela lhe importa tanto quanto o que é efetivamente. Segue-se daí que o sistema de sua educação deve ser, a esse respeito, contrário ao do nosso; a opinião é o túmulo da virtude para os homens, o trono entre as mulheres. (ROUSSEAU, 1712-1788, P.432,433)

### 3.1.3 Idade Moderna: Revolução Industrial e o Determinismo Científico

Ao longo dos séculos XIX e XX, o mundo ocidental passou a apresentar novas e mais complexas estruturas de trabalho e família, principalmente em razão da industrialização e da cobrança apresentada pelo mercado de trabalho das sociedades modernas. A chegada da Revolução Industrial (século XVIII/XIX) levou a um período marcante de transformações sociais, políticas e econômicas a nível global, inclusive no que tange à construção desse significativo. O avanço da modernidade tecnológica no universo profissional pela divisão especializada do trabalho leva a uma exigência de maior preparo profissional no trabalho (BOCK, 2004).

A partir da Revolução Francesa, o engajamento da juventude urbana se manifestará no decorrer dos movimentos revolucionários e das lutas operárias, marcando a sua importância social e sua emancipação simbólica como faixa etária. O jovem passa a ser percebido como um cidadão em potencial. A partir de uma releitura de Rousseau, a sociedade francesa descobre a adolescência como um universo de crise, marcado pelo surgimento da puberdade e pelas transformações fisiológicas. Essa fase da vida precisa de uma atenção mais intensa em matéria de produção e educação. A escola obrigatória passa a ocupar o lugar da educação, proteção e tutela dos jovens, sob coerção dos mestres. (LE BRETON, 2017, p. 09-10)

No que tange às relações sociais de gênero, a opressão patriarcal ganha ainda mais força e motivação durante a Revolução Industrial. Os trabalhos e pensamentos que levam a uma nova organização social não considera a mulher como parte dessa organização social. Pensadoras estudosas, escritoras e outras profissionais são descartadas da produção de conhecimento. Destaca-se enfaticamente tal fato histórico, que permeou grandes décadas de nossa história, na justificativa de que tal processo impacta ainda hoje diretamente na produção de conhecimento sobre a adolescência, negligenciando o fato de que essa fase ressoa de forma diferente em homens e mulheres.

A formação dos jovens a partir desse período passa a ser mais controlada pela educação prática, com a noção da base escolar. A concepção de escola como instrumento de socialização e educação do indivíduo instituiu uma noção de infância mais parecida com a que conhecemos atualmente. Além disso, a própria noção de educação passa por uma reconfiguração, no qual o núcleo familiar passa a ter maior relação e intimidade entre pais e filhos (LÍRIO, 2012).

Por muito tempo, as meninas foram excluídas do processo de escolarização que não fosse o aprendizado doméstico (LE BRETON, 2017, p. 50). Ainda que o novo formato escolar proporcionasse oportunidades para as meninas, essa educação era mais direcionada para as atividades consideradas femininas (canto, desenho, costura e escrita). A separação do tipo de educação é fruto de uma estrutura patriarcal que ditou e ainda dita os papéis de gênero na

sociedade. O ensino de meninas e meninos se torna equivalente por volta dos anos 1920, mas não torna o papel da menina e do menino igual dentro da sala de aula, impactando inclusive no desempenho escolar e participação efetiva de crianças e adolescentes.

Naturalmente, desenvolveu-se a necessidade de um intervalo de aprendizagem, separando o desenvolvimento do sujeito por fases (PEREIRA, 2005). Assim, a noção de adolescência passa a existir, de fato, com a construção da concepção da infância. A adolescência é posta como uma fase de preparo para a vida adulta, construída pela história das relações sociais e econômicas e não mais pelas transformações biológicas (MASCAGNA, 2009).

No final do século XIX e sobretudo no século XX, a difusão da escolarização, a urbanização, a possibilidade de conviver entre os pares propiciam a eclosão da adolescência, como sentimento e cultura. Na França, muitos adolescentes entram sem moratória no universo adulto. Eles concluem os estudos por volta dos 12 anos e ingressam diretamente no mundo do trabalho. [...] As meninas, por sua vez, são amplamente excluídas da escolarização, e só recebem aprendizado doméstico. Essa realidade começa a mudar somente no início do século XX. (BRETON, 2017, p. 09)

Esta passou a ser reconhecida como uma fase que separava a infância do mundo adulto: “é a partir desse contexto anunciado que surge a configuração específica de adolescência que veio a se difundir na contemporaneidade” (MATHEUS, 2008, p. 618). Nesta etapa, a noção de adolescência passa a ser delineada mais precisamente, e “[...] ao longo do século XIX, a adolescência passa a ser reconhecida como um ‘momento crítico’ da existência humana” (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010, p. 230). Assim, inicia-se o processo de introdução do conceito de adolescência, e ela se torna um objeto de pesquisa e estudo das ciências médicas e psicopedagógicas positivistas, que estabelecia o cenário científico da época (SILVA; LOPES, 2009). Assim,

A adolescência é, então, uma terra desconhecida carregada de inquietude, na medida em que traz a subversão ao próprio seio das famílias mais ilustres. [...] Pela primeira vez nas nossas sociedades a adolescência se constitui como faixa etária e forma uma geração. (LE BRETON, 2017, p. 64)

No que tange às desigualdades de gênero, o século XIX foi pautado pelo silenciamento e a exclusão de produções de toda uma população que não fosse o homem branco europeu.

Com a atenção voltada cada vez mais para as diferenças de gênero e sexo no século XIX, o gênero era notavelmente considerado análogo à raça, de modo que o cientista podia usar a diferença racial para explicar a diferença de gênero e vice-versa. (STEPAN, 1994, p. 74)

Essas diferenças pautaram a forma como os estudos do desenvolvimento humano foram se desenvolvendo na área científica. As noções ontogenéticas do ser passam a protagonizar as teorias desenvolvimentistas do indivíduo e, mais especificamente, o adolescente.

Como mencionado anteriormente, no início do século XX, o psicólogo norte-americano Stanley Hall (1904) inaugura os estudos científicos na área da adolescência. Muito influenciado pela teoria evolucionista de Charles Darwin, seus estudos enfatizavam uma teoria biológica, baseada no desenvolvimento das espécies (filogênese) e na recapitulação do desenvolvimento do indivíduo (ontogênese) (SANTROCK, 2014). Hall descreve a adolescência como um segundo nascimento, sendo este um período de transição universal e inevitável (DESSEN; SENNA, 2012).

Hall suscita uma ideia de adolescência como um período turbulento, marcado por conflitos e mudanças de humor. Ressalta-se que essa é uma caracterização do adolescente que ainda permanece muito estigmatizada. No entanto, ele reconhece a influência da cultura e do meio, ao passo que também valoriza diferenças individuais e a capacidade plástica do adolescente. Promove, portanto, uma inovação que provoca antigos padrões de estudos e pensamento sobre o assunto (ARNETT, 1999 apud DESSEN; SENNA, 2012).

Ao teorizar, sistematizar e questionar esse campo de estudo, atenta-se para a necessidade de mais estudos e atenção voltados exclusivamente para esta etapa da vida (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010). Dessa forma, novas reflexões acerca do tema trouxeram diversas visões acerca da adolescência. A teoria intervencionista aponta esta etapa como uma criação sócio-histórica, com uma base biológica — como a de Hall — e uma base sociocultural, contraposta pela antropóloga norte-americana Margaret Mead<sup>4</sup> em seus estudos sobre Samoa (MEAD, 1928/2001).

Mais especificamente ao longo da segunda e terceira metades do século XX, os estudos do especialista em desenvolvimento humano norte-americano Robert J. Havighurst ressaltam pesquisas acerca do desenvolvimento humano por meio de fases. É neste contexto que Erik Erikson apresenta uma proposta de desenvolvimento baseada em uma estrutura epigenética, enfatizando a importância da relação do sujeito com a sociedade e a cultura na qual ele está inserido. Ou seja, a interação entre as dimensões biológica, social e individual do sujeito vão resultar no

---

<sup>4</sup> A principal obra de Margareth Mead é "Adolescência, sexo e cultura em Samoa" (no original, *Coming of Age in Samoa: A Psychological Study of Primitive Youth for Western Civilisation*). A autora não tem como foco das pesquisas a adolescência como objeto de estudo. No entanto, suas pesquisas sobre diferentes grupos sociais trouxeram grandes contribuições à temática, entendendo a importância do meio e da cultura sobre um fenômeno. Mais especificamente na presente pesquisa, pode-se refletir que a forma como a sociedade vai adotar certos comportamentos culturais/rituais circunscreve toda a concepção ocidental de adolescência.

desenvolvimento de sua personalidade (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

Fica claro que,

Na adolescência, pode-se reconhecer os efeitos diretos e indiretos gerados pelas mudanças e estabilidades sucessivas, que ocorrem não somente nas características individuais, mas, sobretudo, nas transformações histórico-culturais, sociais, políticas e econômicas, atribuídas à época em que ela é vivida. (DESSEN; SENNA, 2012, p. 105)

#### **3.1.4 A adolescência na passagem do século XX ao XXI: Os jovens na atualidade**

Logo na virada do século XXI, inicia-se um período caracterizado por uma “onda jovem”, dado o aumento expressivo de jovens e adolescentes na sociedade. Isso ocorreu pela alta taxa de natalidade algumas décadas antes. Entre as primeiras duas décadas do século, o número de jovens no Brasil chegou a mais de 52 milhões, o dobro dos anos 1970. Esse crescimento exorbitante proporcionou mais discussões e estudos sobre esse grupo, complexificando a discussão sobre a universalização da adolescência e a importância do cuidado com o sujeito nessa fase da vida. Retomando os estudos de Margaret Mead em Samoa, conclui-se que “a adolescência não precisa ser, necessariamente, um período turbulento; e as características do desenvolvimento psicossocial não são universais” (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010, p. 231), em contraponto à visão ainda muito vigente de que a adolescência é necessariamente um período turbulento que deve ser ignorado, esperando essa fase passar.

Na busca por examinar a universalidade da ideia de turbulência atribuída à adolescência, antropólogos sociais e culturais, com destaque para Margaret Mead, relacionam a rebeldia da puberdade (fase universal) contra a autoridade dos pais ao idealismo do jovem, dependendo do estilo de vida e da cultura na qual ele está inserido. (DESSEN; SENNA, 2012, p. 381)

Entender a importância do meio no desenvolvimento do indivíduo foi imprescindível para compreender como a sociedade atual percebe a adolescência. Atualmente, a influência de fatores biológicos, sociais, cognitivos, comportamentais e culturais na adolescência é predominante nos estudos desenvolvimentistas (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

A adolescência vai ao encontro das ideias econômicas da globalização e da pós-modernidade, reforçada pela mídia e compreendida como natural. O comportamento do adolescente é a expressão das formas de viver da pós-modernidade. Podemos observar esse comportamento nos lares, nas escolas e, principalmente, comportamentos veiculados pela mídia, pelos programas de televisão, pelo rádio e também pelos trabalhos acadêmicos científicos. (MASCAGNA, 2009, p. 31)

Tal contexto possibilita a noção da importância da educação e das leis para a concepção e estabelecimento do conceito da educação. Nesse sentido, é imprescindível o papel do Estado no desenvolvimento do cuidado e a noção dos direitos dos adolescentes. A primeira metade do século XX foi um período de criação e desenvolvimento de legislações voltadas para os adolescentes. Como resultados de um Estado com papel mais intervencionista, o número de jovens estudantes aumentou substancialmente. A partir de 1950, passaram a desenvolver leis específicas para adolescentes, delineando especificamente quem eram esses adolescentes. A necessidade de pertencimento e formação de grupos dessa faixa etária estimulou o desenvolvimento de movimentos estudantis, que foram imprescindíveis para manifestações e protestos contra certas conjunturas históricas tanto no Brasil quanto no mundo.

O ano 1968 vê a instauração de uma rebelião da juventude em países tão diferentes como a Polônia, Tchecoslováquia, Alemanha, Itália, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos e França. Além de uma crítica da universidade, os jovens expressam sobretudo uma recusa das condições de existência que os sufocam. Maio de 1968 é visto como uma “revolta contra o pai”, segundo a fórmula de G. Mendel, uma vontade obstinada de romper com as rotinas, uma recusa a se tornar como os pais. [...] A busca pela independência da juventude explode e tem a intenção de derrubar as velhas formas de autoridade no seio da família, da escola e da universidade. (LE BRETON, 2017, p. 79-80)

Das últimas décadas do século XX até os dias atuais, observou-se o desdobramento de noções que generalizam o adolescente. Por meio da literatura, filmes e músicas, delineia-se um padrão de adolescente caracterizado pelo fenômeno de “juventude transviada”, originado nos Estados Unidos da década de 1950 e, da “contracultura”, por volta da década de 1960, que levam o adolescente finalmente a alguma identificação. Ainda segundo Le Breton (2017, p. 13):

[...] Por meio de Marlon Brando e James Dean é possível compreender o adolescente como sujeito que não se reconhece mais na sociedade na qual vive e que busca novos modelos de identificação fornecidos muitas vezes pela própria arte. O rock vai revelar uma geração para si mesma, fornecendo um modo de reconhecimento que distingue uma faixa etária da outra; os sons de Bill Haley, Elvis Presley, Beatles, Rolling Stones, Bob Dylan, Jim Morrison ecoam pela breve história da adolescência.

A noção ocidentalizada de pré-adolescência e adolescência foram talhadas como fase problemática do indivíduo, em que ele se torna uma espécie de vilão incompreendido, e o que se tem a fazer é esperar essa fase passar. Muitos exemplos de filmes como “Juventude Transviada” (*Rebel without a cause*, 1955), “Lolita” (1997) e “Aos treze” (*Thirteen*, 2003), delineiam essa turbulenta fase de diferentes formas, mas que contribuem para essa estereotipia do jovem rebelde que desafia os próprios limites.

Historicamente, esse comportamento é carregado de estereótipos, reduzindo o adolescente a um papel de transgressão da normalidade. Ao se descolar da família e se afastar das expectativas do adulto, o adolescente é colocado como o indivíduo problemático, e essa fase torna-se sinônimo de algo pejorativo na vida de qualquer indivíduo. Por ser passageira, também não se dá a devida importância. Contudo, é necessário evidenciar alguns determinantes sociais que contribuem para que esse adolescente tenha uma passagem turbulenta, desamparando o indivíduo em um momento crítico de sua vida.

O mito de uma juventude sempre mal consigo mesma, rebelde, dolorosa, é frequentemente uma maneira de neutralizar as tensões reais que marcam a juventude das nossas sociedades. [...] Esperamos que “a juventude acabe”. A outra tentação, não menos contestável, é a de promover a ideia de que a juventude vai muito bem hoje, que a noção de crise ou que a ampliação das condutas de risco são pequenos fenômenos exagerados pelos sociólogos ou por psicanalistas alarmistas. (LE BRETON, 2017, p. 126)

Uma das dificuldades frequentemente presentes nessa fase ocorre em decorrência da concepção de perda. Assíduo no imaginário adolescente, sua capacidade de suportá-la é um dos principais desafios e parte essencial de seu processo. A metabolização do luto pelo fim da fase infantil e sua forma de se relacionar com o mundo torna este, um momento complexo na busca por se manter em estado de adolescência: “não ser mais criança, mas ainda não ser adulto, significa essencialmente que algo ainda é amorfo” (FRANKEL, 2021, p. 75).

Em uma cultura orientada para rejeitar a indeterminação (FRANKEL, 2021), o adolescente que não se enquadra em nenhum dos dois momentos de vida especificamente determinados, ser criança ou ser adulto, busca adequar-se ao modo de ser de seus pares, em uma forma de se encontrar pertencente ao grupo. A formação de grupos entre indivíduos com algo em comum não é norma exclusivamente dos adolescentes. Instintivamente, o ser humano forma e participa de grupos como forma de sobrevivência e adequação. Não obstante, o adolescente que passa a integrar o mundo de uma nova forma e com novas visões cria vínculos com seus pares, fazendo parte de um novo grupo e integrando isso à sua vida e sua nova forma de se mostrar ao mundo. Assim, a adolescência se torna uma possibilidade de obter uma identidade social.

### **3.1.5 A Naturalização do Fenômeno**

Como levantado acima, historicamente, a concepção da adolescência que temos hoje é relativamente recente. Não havia nas sociedades tribais o equivalente ao que hoje se considera adolescência. Ritos de passagem determinavam a transição entre a infância e a idade adulta, ritos esses que sofreram muitas transformações na sociedade moderna.

Visando evidenciar o significado da passagem da fase da adolescência, diferentes períodos da história e povos reconheciam a adolescência por meio de rituais e iniciações de passagem que respaldavam as mudanças e preparava o indivíduo para uma nova fase da vida. Atualmente, nas condições culturais e sociais que se tem no mundo ocidental, esse adolescente vive tudo pela primeira vez, “à flor da pele”, e necessita de um suporte para sustentar a pressão e as sensações de perdas iminentes. Essa falta de suporte se materializa no “não dito”, pela falta de rituais e celebrações que possibilitem a compreensão desse momento como uma passagem de um tipo de mundo para outro. A falta de recursos culturais e sociais que validem esse indivíduo levam o adolescente à amplificação do sofrimento e ao bloqueio do sentimento de identidade.

De uns dez anos para cá, porém, os adolescentes modernos devem tentar dizer adeus à infância sem o benefício desses ritos de passagem oferecidos pela sociedade. Os ritos da puberdade não desapareceram, apenas assumiram novos disfarces e formas de expressão. (GENTRY, 1989 apud FRANKEL, 2021, p. 88)

Portanto, “[...]em nossa época a ausência desses ritos simbólicos de passagem parece deixar os jovens em uma espécie de limbo com relação aos modos de representação de si no social” (RUFFINO, 1995 apud PEREIRA; GURSKI, 2014, p. 381).

Tendo em vista o sentimento de urgência que paira sobre o adolescente, fica evidente a falta de recursos sociais para amparar e acolher esse jovem. Compreende-se, portanto, que os rituais sociais construídos historicamente são importantes para proporcionar uma construção da adolescência mais saudável possível. O panorama histórico, trazido anteriormente, deixa claro como a noção de adolescência foi construída na cultura social ocidental, se desvinculando de rituais e momentos importantes que culturas e tribos tinham como imprescindível para o momento final da infância e início da adolescência. Atualmente, o momento de transição da infância para uma vida adulta é determinado por alguns marcadores importantes de passagem, como práticas religiosas ou ritos inerentes à nossa cultura, como formatura, carteira de motorista e o voto. No entanto, ritos de passagem formais e valorizados em culturas antigas deixaram de ser frequentes e essenciais. Esse grupo, por sua vez, sofre as consequências da passagem para um período conturbado de sua vida, no qual não existe uma preparação para todas as mudanças que vem com seu amadurecimento.

Com exceção da passagem à maioridade aos 18 anos, nossas sociedades ocidentais não reconhecem por nenhum acontecimento social a mudança de status que dê acesso à idade adulta. Nenhum rito unânime é suscetível de assegurar e marcar o caminho daqueles que atravessam essa passagem repleta de turbulências. [...] Nenhum evento preciso, socialmente marcado, dá ao jovem o sentimento de se despedir da adolescência e se tornar a partir de então um homem ou uma mulher. (LE BRETON, 2017, p. 85-86)

Dessa forma, a presente pesquisa atenta-se para a necessidade da criação e fortalecimento de dispositivos que cuidem e amparem o jovem e, mais especificamente, a adolescente brasileira, que se situa em uma posição de mais desafios do que o adolescente. O próximo capítulo vai delinear os desafios e o impacto do gênero no desenvolvimento do sujeito.

Ademais, a máquina estatal é um dos principais mecanismos para a mobilização da sociedade civil e para a mudança de comportamentos sociais. É imprescindível o amparo e cuidado das adolescentes, principalmente em situações de vulnerabilidade por meio de políticas públicas e legislações para a garantia dos direitos dos adolescentes. Por fim, será traçado um panorama histórico sobre a construção e desenvolvimento dos direitos do adolescente no Brasil a partir de um apanhado histórico do desenvolvimento da noção de adolescência e a responsabilidade do Estado perante esse grupo.

### 3.2 Fatores Sociais da Adolescência

A partir da noção sócio-histórica apresentada anteriormente sobre a adolescência, o adolescente torna-se sujeito paradigmático do período social (PEREIRA; GURSKI, 2014). Nesse sentido, a produção contemporânea da adolescência resume o adolescer a uma fase de sofrimento/crise, naturalizando o sentimento que provém de uma configuração socialmente construída. Além disso, compreende-se que, a “crise da adolescência não é a mesma para os vários sujeitos implicados nas distintas realidades sociais da atualidade” (MATHEUS, 2008, p. 619), principalmente pelo contexto brasileiro de uma sociedade multifacetada e complexa, extremamente polarizada, composta por complexas disparidades.

Ao pensar na construção social da família e sua importância para a estrutura econômica e social ocidental moderna, é razoável compreender que esta é uma perspectiva complexa na formação da concepção do adolescente. Um dos aspectos sociais da adolescência é a responsabilização integral da família — e talvez escola — sobre os cuidados dos adolescentes. Esse fenômeno individualiza a responsabilidade de sujeitos que se encontram em grupos sociais, grupos esses que vão determinar diretamente como será este processo de desenvolvimento.

Responsabilizar é também dar controle integral da vida desses adolescentes aos seus responsáveis legais. O que temos atualmente é uma “subordinação da criança ao adulto e que confere à Ciência ocidental uma postura adultocêntrica” (ROSEMBERG, 2016) e, portanto, cada nova infância é reconstruída à luz do paradigma adulto atual, que viveu sua infância em outro tempo histórico (*Ibid.*, p. 21).

Nesse sentido, uma porção de paradoxos convive de mãos dadas. Kehl (2004) argumenta que, ao pousar o olhar no adolescente como ideal de perfeição de nossa época, o adulto acaba por produzir um estado de desamparo que pouco permite ao jovem se orientar minimamente na vida e no mundo, já que esse ideal aponta para um excesso de presente, não balizando uma perspectiva de futuro. A disseminação do ser jovem acaba colocando todos em uma mesma posição, questão que parece retirar a dose de alteridade geracional tão necessária ao adolescente que, recém-chegado da infância e das mudanças pubertárias, inaugura suas primeiras inscrições na esfera pública e social. (PEREIRA; GURSKI, 2014, p. 380)

Nesse sentido, o fenômeno de adultização do conceito de adolescência universaliza um conceito de fase problemática. Muitas vezes, teorias e concepções universalizantes e genéricas até reconhecem a importância do contexto no qual o adolescente se insere, mas priorizam uma noção patologizante da adolescência, incentivando um suposto discurso que relaciona a adolescência a uma crise, ou até mesmo a uma disfunção, mas encoberta por uma crença vinculada ao cuidado. Em linhas gerais, a adolescência se concebe no imaginário social atual como uma fase problemática, mobilizando inclusive formas baseadas nesse conceito na área da educação, nas escolas e nas famílias.

Um aspecto curioso, acerca do que pode significar o reconhecimento de que a adolescência seria um difícil período de vida, diz respeito ao fato de constatar-mos certa oscilação entre concepções que veem os adolescentes como vítimas sofridas de falta de cuidados, que competiriam às gerações mais velhas, e outras que os consideram como intrinsecamente problemáticos, vale dizer, como pessoas que criam problemas para os demais em virtude do seu próprio modo de se colocar no mundo. (TOSTES et al., 2018, p. 258)

Entretanto, a verdade é que “[...]este um período de indefinições, busca e descobertas, em que o corpo passa por transformações intensas e incontroláveis. Há uma angústia prevalente nessa época de vida, um profundo sentimento de que falta alguma coisa” (ADOLESCENTES: ontem, hoje e amanhã, 2012). É necessário, portanto, dar vazão a essa angústia de adolecer. Novamente, ao pensar no papel da família para a integração do adolescente em suas mudanças e transformações, os pais/responsáveis pelos adolescentes se tornam os principais responsáveis pelo comportamento e atitudes dele/dela, inclusive pelo espaço ou não para a integração dessas transformações.

De acordo com a teoria winnicottiana, o adolescente é um sujeito solitário, que busca nessa solidão “ser alguém em algum lugar” (ASSIS, 2019, p. 47). Isso ocorre por meio do retorno ao desenvolvimento emocional primitivo, impulsionado pela necessidade de ser e se integrar. Winnicott, portanto, defende a importância da incorporação nessa fase, que é indesejada pela sociedade e pelo/a próprio/a jovem, que se julga como ocioso/a, incompetente, fútil, preguiçoso/a e outros adjetivos pejorativos referentes à inércia que o sujeito tem nesta fase de vida.

[...]Ele retrata a necessidade de passar por uma fase de calma, uma época em que o indivíduo se sente fútil e em que nada se move ou vai a lugar algum, como uma parte essencial do amadurecimento do adolescente. É uma experiência particularmente dolorosa, que remete às imagens mais explícitas da morte nos ritos de passagem tradicionais. (FRANKEL, 2021, p. 113)

O que geralmente acontece em espaços com grande vulnerabilidade é que esse espaço de integração não se faz possível. No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua/PNAD (IBGE, 2019), mais de 1,5 milhão de crianças e adolescentes estão

inseridos no mundo do trabalho informal e ilegal. Nesse sentido, o tempo necessário para que a integração das mudanças e transformações dessa fase de vida aconteça, por meio do ócio, das oscilações de humor, do sono em grande quantidade, não acontece por falta desse tempo, mas também por falta de estímulos e suporte para que essa integração ocorra da melhor forma.

### **3.3 Adolescência feminina: atravessamentos da questão de gênero**

A desigualdade de gênero é algo que permeia todas as temáticas e vivências do nosso cotidiano. Levando em consideração que a sociedade brasileira é ou reproduz comportamentos genericamente machistas e misóginos, fazer um recorte de gênero para entender os desafios específicos de uma adolescência feminina é fundamental para o desenvolvimento de ações voltadas para esse público. Portanto, aqui cabe a necessidade de desenvolver um eixo específico para a discussão da dimensão de gênero presente na formação da identidade das adolescentes. Além disso, o fato destas serem condições inerentes à sociedade nos mostra a importância de englobar tais aspectos ao refletir sobre o desenvolvimento saudável da adolescente.

Durante a adolescência, jovens meninas começam a ter a clareza de que “dentro de um campo de possibilidades que se apresentam a elas, os marcadores de gênero, sexualidade, raça e classe mostram-se determinantes e orientadores das experiências pessoais” (PISANI, 2014, p. 04), ou seja, aspectos determinantes em suas vidas. Deste modo, os mecanismos de opressão se tornam desvantagens ainda mais atenuantes (OLIVEIRA et al., 2020).

Constata-se, a partir daí, que a crise da adolescência não é a mesma para os vários sujeitos implicados nas distintas realidades sociais da atualidade. Nesse sentido, a forma de acolher e perceber essas adolescentes também não deve ser universalizante. É necessário, portanto, compreender as situações de opressão e sofrimento em que as mulheres adolescentes se encontram, para enquadrar o tipo de cuidado e acolhimento necessário a elas.

O presente capítulo traz o tema com um recorte de gênero, compreendendo-o como um significativo relevante para a compreensão de estratégias possíveis para o acolhimento e diminuição do sofrimento do sujeito durante a adolescência.

#### **3.3.1 Teorias de gênero e vulnerabilidade feminina na Psicologia**

De acordo com a historiadora e teórica feminista estadunidense Joan Scott, o termo gênero se refere à organização social da relação entre os sexos (SCOTT, 1995). A partir desta referência, é relevante se debruçar sobre o conceito de interseccionalidade para ampliar a compreensão dos fenômenos comentados. No Brasil, essa concepção foi alvo de investigação da antropóloga Lélia Gonzalez na década de 1980. Seus estudos chamam atenção para como as noções de raça e sexo fundamentam estruturas opressivas que fortalecem e são fortalecidos pela estrutura capitalista. Este debate contribuiu para a sistematização do conceito de interseccionalidade, inaugurado pela teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989 (AKOTIRENE, 2019). Desde então, o termo ganha espaço ao conceituar condições estruturais de poder e discriminação que produzem

diversas possibilidades de opressão que se sobrepõem, e nos ajuda a pensar como as mulheres negras estão em maiores condições de precariedade e vulnerabilidade social (AKOTIRENE, 2019).

Nesse sentido, a adolescência feminina é fruto de uma articulação entre duas dimensões que se apresentam como desafiadoras: ser adolescente e ser mulher, principalmente em uma sociedade pautada na lógica de opressão patriarcal. E estas dimensões se articulam ainda com as de raça, classe social, orientação sexual, entre outras. No entanto, pelas limitações de tempo próprias de um trabalho acadêmico de graduação, o foco principal deste trabalho é o da articulação entre um momento específico do ciclo vital (adolescência) e gênero (feminilidade).

Antes mesmo do nascimento, a primeira coisa que define um bebê como alguém no mundo é seu sexo<sup>5</sup>. As expectativas construídas a partir daí se manifestam na decoração do quarto, nos brinquedos que a/o bebê ganha e até mesmo na decisão do nome que vai receber. Esses são exemplos de comportamentos que dão vida ao sujeito antes mesmo dele nascer. No caso das meninas, as opressões veladas que vão sofrer pela vida também começam desde seu nascimento: “desde muito cedo as meninas são bombardeadas para ter um comportamento construído como feminino. Há muita pressão para se enquadrarem nos padrões de beleza e assumir comportamentos ‘de mulher’” [...]. Já na adolescência, [...] “a grande maioria das garotas se comprime e se mutila na tentativa de caber nessa fôrma que limita a livre existência das mulheres” (AÇÃO EDUCATIVA, 2019, p. 07).

A passagem pela adolescência é um processo cheio de tensões e pressões, tanto internas quanto externas. Para as meninas, a adolescência começa a acontecer por volta dos 12 anos de idade, com a primeira menstruação. Simbolicamente, existe socialmente uma construção conotativa sobre o significado da menstruação como algo repugnante, e que, por isso, deve ser velado. É algo sobre o qual não se fala, não se ensina e nem se explica. A adolescente que passa pela primeira menstruação carrega consigo um sentimento de culpa pelo próprio corpo. E, ao longo de sua vida, a menstruação se torna um processo de ansiedade, angústia, culpa e medo, além de sofrer com dores físicas como cólicas e dores nas costas.

É a partir dos nove anos que o corpo da menina vai se preparar para a reprodução, produzindo dois novos hormônios. Esses hormônios vão transbordar o corpo e a mente em transformações físicas e psíquicas, produzindo alterações de humor, novos interesses e formas de comportamento.

---

<sup>5</sup> Apesar de levantar críticas e problematizações acerca da definição geral de sexo, sabe-se que o órgão genital define, desde antes do nascimento, muitas regras sociais que definirão a vida da pessoa.

Blos (1973) situa esse estágio inicial da adolescência, em que ocorrem as principais mudanças físicas (dos 10 aos 14 anos), como fundamental para o desenvolvimento posterior do indivíduo, apesar do pouco lugar que ocupa nas pesquisas, afirmando que a sincronicidade entre os processos biológicos e psicológicos é necessário para o desenvolvimento normal. A reflexão sobre essa questão torna-se fundamental nos dias atuais, em que a ocorrência de alguns fenômenos parece desorganizar essa sincronicidade. (CAMPAGNA, 2005, p. 20)

Fisicamente, o ganho de altura e de massa são características comuns no início da adolescência, causando sentimentos de estranhamento ao novo corpo, que contribuem também para uma maior sensação de emotividade. Associado a tudo isso, as pressões sociais externas que essas adolescentes vão enfrentar contribuem para um sentimento geral de mal-estar. Inseridas em um contexto de supervalorização da aparência, a imposição de padrões estéticos e de comportamento produzem um ambiente propício para o desenvolvimento de distúrbios psíquicos e físicos (CAMPAGNA, 2005).

Promove-se, por exemplo, um culto narcísico do corpo, no qual a imagem se mantém cada vez mais como perfeita e aprovada segundo os padrões culturais vigentes, impedindo o sentir, pensar, o criar e o próprio existir em nome de uma “modelagem adequada”. Assim, o adolescente se vê às voltas com suas limitações e frente à impossibilidade de corresponder aos modelos de identificação divulgados pela mídia. [...] O corpo é vendido como objeto de consumo nos mais diferentes tipos de anúncio. Se, por um lado, estamos na era do “politicamente correto”, em que se afirma o respeito pelas diferenças, impõem-se padrões de estética corporal que estão fora do alcance da maioria das pessoas. Manter a forma tornou-se um vício e a mídia ofereceu dietas, cirurgias plásticas e cremes, na busca do corpo perfeito. Tudo parece se transformar em mercadoria. (CAMPAGNA, 2005, p. 34)

Dessa forma, as adolescentes encontram um ambiente social que não as reconhece mais como crianças, por um corpo físico que está em transformação, mas também não lhes confere um papel de adulto, deixando um sentimento de não pertencimento. O desejo de fazer parte, ser independente e frequentar novos ambientes, ou seja, de ser adulta, com o amparo de uma sociedade midiática capitalista que manipula, através dessas pressões estéticas, a mulher a ceder cada vez mais aos padrões caros e inatingíveis de beleza e comportamento, traz consequência para a autoestima dessas meninas adolescentes, que buscam, a qualquer custo, adultizar sua imagem e cessar de vez com a infância à qual não pertencem mais.

Vemos assim que várias alterações físicas marcam a puberdade na menina, que produzem efeitos psicológicos os quais configuram o que chamamos de adolescência. Por sua vez, cada geração de adolescentes produz mudanças sociais e culturais ao longo do tempo, que interferem nos fenômenos da puberdade e da adolescência das gerações seguintes, num processo global em que cada aspecto (social, biológico, psicológico) é permanentemente influenciado pelo outro, fazendo com que cada geração tenha especificidades que precisam ser compreendidas. (CAMPAGNA, 2005, p. 27)

Via de regra, a estrutura patriarcal é que conduz o processo de organização não só da sociedade, mas das estruturas familiares. Tal normativa social vai incidir diretamente no desenvolvimento dessas adolescentes, levando em consideração que todo esse panorama social externo é consequência de uma estrutura que oprime e domina as formas de pensar, sentir e fazer das meninas e mulheres em todos os sentidos. O sofrimento feminino é, portanto, social e corresponde a um sentimento proveniente de um contexto extremamente vulnerável para indivíduos pertencentes a este gênero, um contexto composto por opressão, discriminação e exclusão que gera desamparo, culpa, vergonha e injustiças (MOURA JR et al., 2020).

Dessa forma, o recorte de gênero realizado na pesquisa se dá pelo fato relevante de que uma adolescência feminina se constitui, naturalmente, por muito mais desafios e dificuldades do que a adolescência masculina, principalmente pelo contexto de opressão de gênero, que molda o comportamento social até os dias atuais (ASSIS, 2019). Quando a questão racial entra em cena, a opressão é ainda maior, quase impossibilitando o desenvolvimento saudável de uma adolescente.

Além disso, como mencionado no capítulo de construção histórica da adolescência, o modo como a sociedade ocidental se organiza, exclui a mulher não apenas como objeto de estudo, mas também como sujeito formadora de pensamento. A forma histórica de como a exclusão da mulher na sociedade foi se dando impacta até os dias atuais na produção de pensamento e na produção de acolhimento para essas adolescentes.

### **3.4 Adolescência Feminina como Política Pública no Brasil**

Tendo em vista o panorama geral da construção dos conceitos ocidentais de adolescência feminina, o presente capítulo tem como objetivo aprofundar-se no contexto brasileiro na formação e promoção da adolescência. Sabe-se que, de forma geral, o campo da psicologia prioriza teóricos e teóricas clássicas que muitas vezes propõem uma compreensão deste fenômeno a partir de uma visão eurocêntrica ou norte-americana. A necessidade de se fazer um recorte do contexto brasileiro para o tema serve também para entender até onde essas teorias dão conta de explicar o fenômeno da adolescência e do processo de desenvolvimento adolescente neste contexto brasileiro com suas especificidades. Portanto, a compreensão do tema vai ao encontro da noção das necessidades inseridas dentro do contexto social brasileiro.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, proclamada em Paris por intermédio da Organização das Nações Unidas, significou, em uma perspectiva global, um marco histórico no que tange à definição e delimitação de uma proteção universal dos direitos humanos. A partir dela, os países signatários são responsabilizados, adotando medidas de cooperação mútua e mecanismos de controle, que garantem à sua população os direitos considerados básicos à vida digna, os direitos humanos. Em busca de estabelecer acesso aos direitos comuns a todos os seres humanos, verificou-se a necessidade de medidas específicas dirigidas a segmentos mais vulneráveis às violações de seus direitos para garantia da igualdade concebida.

Alinhado à Declaração, o Brasil, a partir do seu processo de redemocratização e com o estabelecimento da Constituição de 1988, passa a instituir como um dos princípios norteadores das relações internacionais e nacionais a prevalência desses direitos. A maior ferramenta de garantia aos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil foi desenvolvida ao longo da década de 1980 e estabelecida de fato em 1990. O Estatuto da Criança e do Adolescente / ECA (BRASIL, 1990) fez parte do período de redemocratização brasileira, em que o debate sobre a adolescência foi ampliado e intensificado no campo dos movimentos sociais e na mídia, tornando tal assunto indispensável na esfera pública, como “fruto de um importante movimento social, em defesa dos direitos da infância e adolescência, que ganhou corpo na sociedade brasileira e fez emergir uma nova noção social, centrada na ideia da adolescência como fase especial do ciclo de vida, de desenvolvimento, que exige cuidados e proteção especiais” (FREITAS, 2005, p. 7).

Mas nem sempre o Estado brasileiro ocupou-se de preocupações com a juventude brasileira. Antes de 1830, as leis penais eram aplicadas com base na ordem da Coroa Portuguesa, que tinham medidas punitivas de origem no direito Romano, aplicadas em toda a população, sem

distinção de idade ou delito. Ou seja, as crianças e adolescentes eram responsabilizadas e punidas pelos atos ilícitos.

Em 1830, o primeiro código penal brasileiro previa uma distinção de punição apenas entre os escravizados e os cidadãos livres, ainda que os crimes cometidos fossem os mesmos. A maioria penal era de 14 anos. No entanto, crianças menores de 14 anos podiam ir para os chamados banco dos réus e até condenados à prisão quando havia entendimento por parte dos tribunais de que eles “obriram com discernimento”. Nesse caso, tinham que ser libertados assim que completassem 17 anos de idade (ARQUIVO S, 2020).

Apenas em 1927 foi criada a primeira lei brasileira voltada para a proteção da infância e adolescência, o Código de Menores. Nele, instituiu-se que: “o jovem é penalmente inimputável até os 17 anos e que somente a partir dos 18 responde por seus crimes e pode ser condenado à prisão.” (AGÊNCIA SENADO, 2015, s/p)

No Brasil da virada do século 19 para o 20, uma parcela considerável da população vivia na miséria. Com o fim da escravidão, em 1888, os negros e suas famílias se viram abandonados de uma hora para a outra, elevando as estatísticas da pobreza. A ainda tímida industrialização atraía gente do campo, mas não conseguia absorver toda a mão de obra disponível. As cidades inchavam, e o desemprego e a criminalidade disparavam. Às crianças e aos adolescentes restavam dois caminhos. Ou trabalhavam, submetidos a serviços pesados ou perigosos, jornadas exaustivas e pagamentos irrisórios. Trabalhadores imberbes eram vistos operando máquinas nas indústrias, vendendo bilhetes de loteria nas ruas e participando das colheitas nas fazendas. (AGÊNCIA SENADO, 2015, s/p)

Em um contexto de forte cobrança e responsabilização do Estado sobre a vida de crianças e adolescentes e suas relações familiares, principalmente as que se inserem em contextos vulneráveis, o Código de Menores foi elaborado. Antes disso, a atuação do Estado em causas sociais era praticamente nula. O advogado e ex-deputado José Cândido Mello Mattos, no início da década de 1920, ficou encarregado de reformular e conduzir este movimento e, assim, o Congresso passou a aprovar leis referentes à infância, abrindo caminho para o então Código de Menores, também conhecido como Código Mello Mattos.

Os senadores e deputados faziam parte daquela sociedade patriarcal e não queriam perder o poder absoluto que tinham sobre suas famílias até então. O Código de Menores mudava essa realidade, permitindo que o Estado interviesse nas relações familiares e até tomasse o pátrio poder — explica a historiadora Sônia Camara, autora do livro *Sob a Guarda da República* (Quartet Editora), que trata das crianças da década de 1920. (AGÊNCIA SENADO, 2015, s/p)

A lei vigente na época, em resumo, determinava ao governo, à sociedade e à família que cuidassem bem dos menores de 18 anos. Alguns dos artigos determinavam a proibição da roda dos expostos, que permitia o abandono do filho recém-nascido anonimamente:

Art. 5º Quem quer que entregue uma criança à criação, ablactação ou guarda, mediante salário, é obrigado, sob as penas do art. 388 do Código Penal, a fazer declaração perante funcionário do registro especial a esse fim. (CÓDIGO DE MENORES DE 1927, s/p)

O trabalho infantil passou a ser proibido para menores de até 12 anos, e restrições para até 14 anos:

Art. 102. Igualmente não se póde ocupar a maiores dessa idade que contem menos de 14 annos e que não tenham completado sua instrucção primaria. Todavia, a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensavel para a subsistencia dos mesmos ou de seus paes ou irmãos, comtanto que recebam a instrucção escolar, que lhes seja possível. (CÓDIGO DE MENORES DE 1927, s/p)<sup>6</sup>

Apesar de o Código representar grandes revoluções no que tange à responsabilização do Estado pela vulnerabilidade e cuidados de crianças e adolescentes, a distância da lei e a garantia dos direitos previstos era grande. Além disso, as medidas criadas para o “menor” eram corretivas e punitivas, sem o cuidado e proteção das crianças e adolescentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade.

No século XX, as medidas de controle e coerção contra as crianças e os adolescentes que viviam em situação de rua procuravam conter o crescimento da criminalidade nas grandes cidades. A própria ideia da República, baseada nos princípios da “ordem” e do “progresso”, trazia consigo a proposta de fortalecer as instituições de segurança no sentido de garantir o controle social. Ao se debruçar sobre a questão da criminalidade infanto-juvenil no início do Brasil Republicano, o historiador Marco Antônio Cabral dos Santos nos fala que o controle do Estado, através do Código Penal, que estabelecia punição às práticas de “vadiagem”, procurou estabelecer normas disciplinadoras e punitivas contra os meninos e as meninas considerados “vadios”. (MIRANDA, 2014, p. 56)

Com a ditadura militar, o Código foi revogado pela LEI No 6.697, DE 10 DE OUTUBRO DE 1979, que manteve a proibição de processos criminais para menores de 18 anos. Em 1976, foi criada a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo (FEBEM), originária da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), para atender adolescentes menores de idade em conflito com a lei e/ou de famílias sem condições de cuidado com a criança/adolescente. Pautada por um assistencialismo construído a partir da perspectiva de bem-estar social (MIRANDA, 2014), a Febem foi palco de relevantes denúncias no cenário brasileiro no que tange às suas medidas de tratamento institucionalizadas, que envolviam violências e maus tratos.

A Febem passava, então, a fazer parte da história da assistência à infância no Brasil e da trajetória de vida dos meninos e das meninas que estiveram pelas suas unidades de internação. Meninos e meninas abandonadas pelas mães, pais ou responsáveis. Aqueles que tinham algum tipo de deficiência. Crianças

---

<sup>6</sup> Manteve-se fidelidade ao modo de escrita da época (1927).

empobrecidas. Garotos e garotas que viviam em conflito com a lei [...] A partir da criação desta instituição, a expressão menor, que já fazia parte do cotidiano do sistema jurídico, passava a ocupar com mais intensidade a esfera das políticas públicas administrativas, em escala nacional e nos estados. De acordo com a historiadora Eleonora Brito, “o menor foi inventado”, representando a expressão menor a consolidação não só de um vocábulo numa determinada acepção (criança e jovens perigosos ou postos em perigo), mas também de práticas de intervenção do judiciário e social). (MIRANDA, 2014, p. 48)

O processo de redemocratização é concretizado pela instituição da Constituição Federal de 1988, que representa nacionalmente o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no país, com base em parâmetros democráticos constitucionais e internacionais. A constituição de 1988 cria leis de proteção, acesso à saúde, educação e direitos da população. Dentre elas, enfatiza-se a LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, que dispõe sobre o então Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma legislação que avança profundamente sobre “a compreensão sobre as crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos, e estabelece os direitos singulares da adolescência, compreendida como a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de idade [...] tornou-se uma ampla referência para a sociedade, desencadeando uma série de ações, programas e políticas para estes segmentos, principalmente para aqueles considerados em risco pelo não atendimento dos direitos estabelecidos” (FREITAS, 2005, p. 7).

Antes da criação do ECA, as legislações previstas pelo Estado dirigiam-se apenas à população marginalizada e em situação de vulnerabilidade, e o foco das leis estava nas punições. O Estatuto representou uma nova perspectiva jurídica e política para as políticas sociais da criança e do adolescente, questionando o Código de Menores, a Febem e suas medidas. O termo “menor” foi problematizado e excluído do vocabulário da esfera pública. O ECA ampliou os direitos das crianças e adolescentes para todos, independentemente de sua classe social. Em 2006, ainda por consequências do ECA, a Febem foi extinta e criou-se a Fundação Casa:

Artigo 1º - A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM-SP, de que trata a Lei nº 185, de 12 de dezembro de 1973, alterada pelas Leis nº 985, de 26 de abril de 1976, nº 2.793, 15 de abril de 1981 e nº 9.069, de 2 de fevereiro de 1995, passa a denominar-se Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP (SÃO PAULO, 2006, s/p)

Com a instituição do ECA e do novo ordenamento jurídico da Fundação Casa, os adolescentes e jovens têm sido alvos de medidas específicas. Não obstante, ainda há muito a ser efetivado na prática de condições previstas em lei pelo Estatuto que não são cumpridas ou obedecidas. No próximo capítulo, será delineado o impacto do ECA sobre os adolescentes e suas demandas.

### 3.5 Políticas Públicas para os jovens: do ECA às ruas

*O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe o caminho para se concretizar o Artigo 227 da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias fundamentais a crianças e adolescentes. (BRASIL, 1990)*

Para compreender a cultura e sociedade estabelecidas para os jovens no Brasil, é necessário perceber como o Estado dispõe a visão do adolescente como um sujeito de direitos, por meio de legislações e políticas públicas voltadas para o atendimento específico desse grupo. Como vimos anteriormente, fatores históricos contribuíram para o desenvolvimento de estudos sobre adolescência e para a transformação no pensamento da sociedade em relação a esse grupo.

No Brasil, a construção da concepção do adolescente como um sujeito de direitos relaciona-se diretamente com o período da disseminação de políticas de educação e com o surgimento de leis trabalhistas. Assim, as políticas de democratização de acesso aos direitos básicos promovidas pelo Estado brasileiro relacionam-se diretamente com a garantia do bem-estar adolescente. A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, ocorre junto com a promulgação de uma nova Constituição brasileira, culminada pelo período de redemocratização.

No que tange ao trabalho da Psicologia, o apoio psicossocial do adolescente que se encontra em situações de vulnerabilidade se torna fundamental na garantia dos direitos estipulados pelo ECA. É necessário ampliar o debate sobre os direitos dos adolescentes, especificando quem são esses adolescentes que necessitam de uma garantia de segurança e acolhimento maior ainda em situações adversas.

A máquina pública brasileira é um dispositivo imprescindível para a transformação do comportamento e pensamento social do país. Para tanto, em busca de idealizar uma adolescência com acesso e garantia de direitos para todos e todas, é necessário que o Estado disponha de recursos para promover educação e transformar a concepção social sobre os adolescentes no país. Para além disso, a promoção de equidade de gênero e racial na adolescência torna-se fundamental para a garantia de direitos, favorecendo projetos que priorizem os grupos que foram e são oprimidos por meio de um jogo de poder injusto.

No entanto, em três décadas da vigência do Estatuto, muitas transformações ocorreram na sociedade e, inclusive, no Estado brasileiro. Houve significativos avanços nas políticas públicas sociais nas primeiras décadas do novo século. No entanto, assim como no processo político, os avanços da política brasileira sofreram imensuráveis retrocessos nos últimos governos. Essa alternância de poder e, conseqüentemente, a discrepância no que tange ao papel/poder do Estado

em avanços sociais, determinou os impactos do ECA e sua efetividade para as crianças e adolescentes de todo o país, principalmente aqueles que se situam em situação de vulnerabilidade.

É nesse sentido que o tema da juventude, para além da adolescência, se coloca como um novo problema político no país, demandando novos diagnósticos e respostas no plano das políticas. Desse modo, por um lado, se amplia a noção de juventude e, por outro, surgem possibilidades de distinguir diferentes segmentos nesta categoria ampliada, que podem também obedecer a distintos tipos de recorte. (FREITAS, 2005, p. 8)

Assim, a tendência política e social brasileira caminham na contramão de uma visão comunitária da responsabilização das crianças e jovens do país. Uma corrente liberal de pensamento fortalece a responsabilização individual das famílias sobre suas crianças. Ao pensar no retrato da família brasileira, 11 milhões são chefiadas por mães solo (IBGE, 2022), que são novamente responsabilizadas e marginalizadas. Ainda de acordo com um levantamento feito pelo IBGE (2022), tem-se que 63% das famílias chefiadas por mães solo se encontram abaixo da linha da pobreza.

Esse modo dicotômico de pensar a constituição do sujeito em camadas, como se primeiro viessem as construções familiares e, acima, as construções do Estado, sobretudo preenchendo lacunas geradas por falhas nos sistemas familiares, favorece um discurso culpabilização em relação ao grupo familiar. É preciso perceber a família sendo atravessada o tempo todo pela proteção ou desproteção do Estado. [...] Essa inter-relação entre a proteção processada pela família e a proteção processada (ou não) pelo Estado é um diferencial importante na definição de intervenções. Isso porque, se não reconhecida, poderá gerar a não-implicação do Estado e uma sobrecarga de cobranças depositadas sobre os grupos familiares. (MATTOS, 2008, p. 26)

Em suma, o retrato histórico e social levou a uma noção individualista de culpabilização das famílias (mães) sobre suas crianças e de responsabilização do próprio adolescente por seus comportamentos, vivências e sentimentos. Essa cultura cria uma falsa lógica de individualização de processos sociais. Esse discurso isenta a sociedade civil e o próprio estado da “culpa” da produção de adolescentes “problemáticos”, excluindo o meio como agente produtor do processo de adolescência, e apostando em teorias de desenvolvimento ultrapassadas, que são nocivas tanto para a formação das crianças e adolescentes como na luta pelos direitos das mulheres na sociedade brasileira.

Defender a relevância da agenda do adolescente como política pública pode ser visto por muitos como “frescura”, ou desnecessário. O presente trabalho sustenta a importância do adolescente como protagonista de sua história, defendendo a construção de possibilidades para o desenvolvimento psíquico saudável e natural desse adolescente, possibilitando sua entrada na vida

adulta de forma autônoma e independente e que, as marcas e traumas das vulnerabilidades da adolescência não configurem um todo, ou grande parte, deste indivíduo.

## CONCLUSÃO

Ficou evidente ao longo do processo da pesquisa a falta de produção do conhecimento da psicologia que priorize um recorte sobre a adolescência feminina. Via de regra, ao falar da adolescência, a produção do conhecimento prioriza uma visão androcêntrica, que aborda o ser humano em geral. Como foi possível perceber pelo capítulo Adolescência feminina como política pública, o próprio Estado produz essa noção, no qual a responsabilização dos indivíduos está pautada pela noção de família. Soma-se a isso, a falta de subsídios e produções acadêmicas voltadas para o tema.

Nesse sentido, se faz importante a transformação de uma visão da adolescência como naturalmente catastrófica para uma noção de que é necessário produzir formas de acolhimento que diminuam o sofrimento e a dor socialmente produzidos nesses adolescentes. Essa visão, torna-se ainda mais indispensável na implementação de estratégias de acolhimento focadas na adolescência feminina, principalmente dos que se encontram em maior situação de vulnerabilidade.

A literatura prova a importância do Estado na transformação de valores e pensamentos em sociedade. No que tange a adolescência feminina, é necessário a produção de políticas públicas especificamente voltadas para esse grupo, visando a conquista dos direitos e o rompimento de comportamentos sociais e noções adultocêntricas que impeçam o desenvolvimento saudável dessas adolescentes. Nesse sentido, o papel do psicólogo nesses espaços de atuação se torna imprescindível para uma visão ampla sobre o desenvolvimento do sujeito e o acolhimento total dessas adolescentes. Tendo como base da saúde psíquica a capacidade do sujeito viver de forma autêntica e criativa, saindo de condições de submissão.

É importante salientar que só a criação de políticas públicas visando a educação da população e o acesso aos direitos dessas adolescentes não são suficientes para a eliminação total dessas ferramentas de opressão, produzidas pela própria estrutura social existente. No entanto, o primeiro e mais poderoso passo para que exista uma discussão a respeito do assunto, viabilizando uma abertura para a conscientização, é sim por meio da produção de ferramentas pelo próprio Estado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa aqui realizada foi uma pesquisa teórica exploratória, com aprofundamento e estudos no tema. No entanto, deve-se considerar as limitações existentes por tempo e recursos em uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso. Para além disso, é necessário evidenciar a dificuldade existente no campo da Psicologia em se apropriar como deveria da discussão. Fica claro que, de todas as teorias e campos de pesquisa voltados para a adolescência, poucos se preocupam em cobrir a discussão de gênero e sexualidade, e que são cruciais para discutir a adolescência atual. Além disso, foi possível perceber que faltam teorias capacitadas a entender o processo de desenvolvimento humano dentro do contexto de classe, raça e gênero, como um todo. Recomenda-se que futuras pesquisas de psicologia ao tema se aprofundem no tema trazendo evidências e referências que relacionem os campos de gênero e sexualidade com a adolescência.

## REFERÊNCIAS

ADOLESCENTES: ontem, hoje e amanhã. Ivan Capelatto. **Café Filosófico**. Instituto CPFL. Youtube. maio/2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bX6pqBvLjTs&t=245s>>. Programa exibido em 28 outubro 2012. Acesso em: 26 agosto 2022.

AGÊNCIA SENADO. **Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920**. Reportagem de 07 de julho de 2015, por Ricardo Westin. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>>. Acesso em: 20 abril 2023.

ARQUIVO S. **1º Código Penal do Brasil fixou punições distintas para livres e escravos**. Reportagem de 04 de dezembro de 2020, por Ricardo Westin. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-190-anos-1o-codigo-penal-do-brasil-fixou-punicoes-distintas-para-livres-e-escravos>>. Acesso em: 20 abril 2023.

ASSIS, N. **“Vadias ou Certinhas”**: estudo psicanalítico sobre o sofrimento de meninas adolescentes. 2019. 185f. Tese (Doutorado em Psicologia como Profissão e Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 2019.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. Coord. de Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade\\_%28Feminismos\\_Plurais%29\\_-\\_Carla\\_Akotirene.pdf?159923935](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_%28Feminismos_Plurais%29_-_Carla_Akotirene.pdf?159923935)>. Acesso em: 28 março 2023.

BOCK, A. M. B. A Perspectiva Sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, abril 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BOCK, A. M. B. **Adolescência, uma construção social**: um olhar crítico sobre o conceito em livros destinados a pais e professores. Relatório de pesquisa de doutorado. São Paulo, 2002. Mimeografado.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União. ano 1990, Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>>. Acesso em: 02 fevereiro 2023

CAMPAGNA, V. N. **A identidade feminina no início da adolescência**. São Paulo: Casa do Psicólogo/FAPESP, 2005.

CÓDIGO DE MENORES DE 1927. Lei nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927.

DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. (eds.). **A ciência do desenvolvimento humano**: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005. 278p.

DESSEN, M. A.; SENNA, S. R. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília/DF, v. 28, n.1, p. 101-108, jan. 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/fpKByLWpTT8BY4Yv9kRH6pB/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 11 maio 2023.

- DOLTO, F. **A causa dos adolescentes**. 2ª ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2008. 352p.
- FILLOUX, J.-C. **Émile Durkheim**. Tradução: Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Miguel Henrique Russo. Recife: Massangana, 2010.
- FRANKEL, R. **Psique Adolescente: perspectivas junguianas e winnicottianas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. 352p.
- FREITAS, M. V. **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. Ação Educativa. São Paulo, nov. 2005. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>> Acesso em: 18 janeiro 2023.
- GENTRY, D. **World Adolescence in a Post-Adolescent**. Gravação de uma palestra de David Gentry apresentada em uma conferência no Dallas Institute of the Humanities and Culture: Cultural Psychology: Healing the World Soul. Dalas, Texas, 1989.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2019**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>>. Acesso em: 15 abril 2023.
- IBGE. **Censo demográfico - Prévia da população dos municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 20 abril 2023.
- LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/prNLrz5M8yhMNKWCG6NtQFs/abstract/?lang=en&format=html>>. Acesso em: 28 abril 2023
- LE BRETON, D. **Uma breve história da adolescência**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017. 160p.
- LÍRIO, L. de C. A Construção Histórica da Adolescência. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo/RS, v. 28, p. 1675-1688, mai./ago. 2012.
- MASCAGNA, G. C. **Adolescência: compreensão histórica a partir da Escola de Vigotsky**. 2009. 185f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2009.
- MATHEUS, T. C. Quando a adolescência não depende da puberdade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 616-625, dez. 2008.
- MATTOS, L. **Adolescente autor de ato infracional: falência do pai ou falência da pátria?** 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.
- MEAD, M. **Coming of Age in Samoa: A Psychological Study of Primitive Youth for Western Civilisation** (1928). New York: William Morrow & Company, 2001. 256p.
- MIRANDA, H. da S. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas**. 2014. 348f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014.

MOURA JR, J. F. et al. Práticas interseccionais de discriminação contra mulheres negras: Um estudo sobre vergonha e humilhação. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v. 20, n. 48, p. 262-278, ago. 2020. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2020000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 abril 2023.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONÚNI, M. L. J.; KOLLER, S. H.; BARROS, M. N. S. (orgs.). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 16-24.

PEREIRA, A. C. A. **O adolescente em desenvolvimento**. São Paulo: Harbra, 2005. 160p.

PISANI, M. S. Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo. **Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP [Online]**, São Paulo, n. 14, 2014. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1621>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ROSEMBERG, F. Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. **Pro-Posições**, Campinas/SP, v. 7, n. 3, p. 17-23, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644211>>. Acesso em: 28 maio 2023.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio, ou Da Educação**. Tradução de Sergio Milliet, 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Disponível em <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/emc3adlio-ou-da-educac3a7c3a3o.pdf>> Acesso em abr. 2023.

SANTROCK, J. W. **Adolescência**. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 528p.

SÃO PAULO. **LEI Nº 12.469, de 22 de dezembro de 2006**. Altera a denominação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, e dá providências correlatas.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. de M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília/DF, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr./jun. 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e Juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 87-106, jul./dez. 2009.

STEPAN, N. L. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, H. B. de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 72-98.

SZYMANSKI, H. Teoria e “Teorias” de famílias. IN: CARVALHO, M. do C. B. de (org.). **A família contemporânea em debate**. 5 ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003, p. 24-34.

TOSTES, G. W.; ASSIS, N. D. P.; CORBETT, E.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Dor cortante: sofrimento emocional de meninas adolescentes. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo/RS, v. 11, n. 2, mai./ago. 2018. Acesso em: 08 fev. 2023. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/viewFile/ctc.2018.112.10/60746306>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

